

ITALIANOS NO BRASIL

NO SÉCULO XVII

Os primeiros concorrentes de Portugal apareceram na costa brasileira pouco depois do Descobrimento.

Foram primeiro franceses. Não eram levados de colonos, que procurassem estabelecimentos, mas corsários, que desembarcavam, estabeleciam relações com os indígenas, e adquiriam por troca ou arranque directo os raros produtos que então interessavam na terra brasileira — o *pau brasil*, como centro do comércio, animais desconhecidos ou raros na Europa, outras curiosidades.

Contra a concorrência dos franceses se armaram navios portugueses, que iam correr a costa, apreendiam os navios de corso, castigavam os corsários. Todavia, o processo não era realmente radical: — na costa imensa, com a protecção dos indígenas, nalguns pontos obtida, era impossível impedir o comércio francês, por muito frequentes que fôsem as armadas e por mais vigilantes; e por muito enérgicos que fôsem, ao mesmo tempo, os protestos diplomáticos e a acção corrutora do dinheiro português em França.

Encarou-se a colonização. Surgiram propostas de particulares, — de Cristóvam Jacques, que comandou uma ou mais do que uma armada, da costa brasileira e se oferecia a transportar ao Brasil mil colonos, e a acomodá-los, — coisa talvez mais difícil do que julgava então, mas não impossível, — de João da Câmara, irmão do donatário de S. Miguel, bom conhecedor, portanto, da experiência colonizadora das ilhas.

O Brasil pertencia a Portugal antes do descobrimento, por força do tratado de Tordesilhas, de 1494 e confirmação papal;

e pertencia-lhe, evidentemente, pelo direito natural do descobridor. Mas a França não aceitava o tratado de Portugal e Castela, e pretendia explorar o descobrimento em proveito próprio.

As propostas de Cristóvão Jacques e João da Câmara foram abandonadas. Estudou-se e resolveu-se o problema em conjunto: uma armada poderosa, com uma expedição de povoadores, sob o comando de Martim Afonso de Sousa, partiu em fins de 1530, bateu a costa, apoderou-se dos navios franceses, que encontrou, desceu, em comboio de que se destacavam, de quando em quando, algumas naus, até ao Rio da Prata. Então se fundou S. Vicente, à beira mar, com outra vila umas léguas para o interior: — foram estas as duas primeiras vilas portuguesas do Brasil, ou assim teremos de as considerar, enquanto se não confirmar o que diz Damião de Gois nas últimas linhas da *Crónica de El-Rei D. Emanuel*: «Deu muitos privilégios assi às cidades, e vilas do Regno, como às das ilhas, e lugares de suas conquistas em África, Guiné, *terra de Sancta Cruz ou Brasil* e na Índia e outras províncias que ganhou...»

Desconhecem-se, com efeito, os privilégios que D. Manuel I teria dado a quaisquer lugares do Brasil. Nem sequer lhes conhecemos os nomes.

As providências de D. João III, mandando fundar S. Vicente completar-se-iam logo com a organização do sistema das capitanias donatárias; e, em 1548-49, com a constituição do Governo Geral, e a nomeação do primeiro Governador, Tomé de Sousa, que se estabeleceu na Baía.

Mas nem assim ficou destruída a concorrência francesa. Uma expedição de calvinistas franceses estabelecera-se no Rio de Janeiro, sendo afinal expulsa por Mem de Sá em 1560. Os navios corsários continuaram a ser perseguidos, agora com mais possibilidades em virtude da organização unitária do Estado; e só no começo do século XVI se regista uma nova tentativa de ocupação, agora no Maranhão. Foi liquidada em 1612.

Entretanto, porém, surgira um adversário mais tenaz, mais ambicioso e mais rico: — o holandês, inimigo natural de Espanha, e que fôra impedido por Felipe II, depois por seu filho,

Felipe III, de comerciar nos portos da Península. Tinha-lhe caído nas mãos, pouco a pouco, o trato mercantil entre os portos do norte da Europa e a Península, e, por consequência, o transporte dos produtos coloniais, que os seus navios vinham carregar em Lisboa e Sevilha.

Foi por 1590 que apareceram nas águas de Pernambuco os primeiros navios holandeses, à procura, ainda então, provavelmente, de informações sobre as possibilidades de travarem relações com os indígenas. Ainda então, e por muitos anos, a situação seria de *guerra de côrso*, entrecortada por tréguas. Mas quando em 1621, na altura em que ia findar a trégua de doze anos assinada em 1609, se organizava a Companhia das Índias Orientais, as circunstâncias iriam modificar-se completamente.

Para início dos negócios ultramarinos, a Companhia, com a aprovação do Stadthonder, resolveu preparar uma grande armada para atacar a Baía, séde do Governo Geral do Brasil.

I

Desde 1580 a corôa de Portugal passava ao Rei de Espanha; mas os dois Estados e os dois Impérios não se confundiram. Mantiveram-se as fronteiras; e a administração tanto política, como judicial, militar e financeira permaneceram distintas. Nenhuma obrigação corria a Portugal ou aos seus domínios ultramarinos de socorrer os estabelecimentos espanhóis atacados; nem tão pouco a Espanha tinha qualquer obrigação de defender os domínios portugueses de qualquer agressão. E assim aconteceu quasi sempre, — tão seguros, no tempo, espanhóis e portugueses, de que a identidade da pessoa do Rei a nada obrigava os povos, perfeitamente autónomos: — pois se o Rei era o mesmo para Espanha e Portugal, não o era pelas mesmas razões. Rei de Portugal como herdeiro, que se dizia, legítimo dos antigos Reis naturais portugueses; Rei de Espanha, como herdeiro da velha casa real espanhola, — cabia-lhe guardar, em Espanha, os antigos privilégios, e franquias, leis,

e direitos dos espanhóis e em Portugal os privilégios e franquias, leis, costumes e direitos antigos dos portugueses. A isso mesmo se comprometiam por juramento em Côrtes: — nas Côrtes portuguesas, quanto a Portugal; nas Côrtes espanholas, quanto a Espanha.

Só um caso extraordinário e que interessasse as duas corôas podia alterar as condições normais... E êsse caso deu-se.

A esquadra organizada pela Companhia das Índias Ocidentais contra o Brasil era fortíssima: 23 navios e três hiates com 509 bocas de fogo, com 1.600 homens de tripulação e 1.700 de desembarque. Saindo da Holanda, dirigiu-se a esquadra à Baía, donde foi avistada a 8 de Maio de 1624. A incapacidade da defesa facilitou a tarefa dos atacantes. A 11 de Maio a cidade estava em poder dos holandeses.

Importa aqui distinguir:

A Companhia das Índias Ocidentais (como, aliás, sucedia com a Companhia, que já antes se organizara para os negócios do Oriente) não era propriamente holandesa, nem se pode correctamente dizer fôsse holandês o império, que andavam a criar. Os marinheiros eram, de facto e na generalidade, holandeses. Os capitais foram, porém, reunidos por judeus e cristão-novos, na sua grande parte saídos de Portugal e Espanha. A êles pertencia, de resto, a iniciativa da empresa: — queriam a compensação dos prejuizos sofridos com o fim do comércio da Península e o Norte da Europa, o qual, na verdade, praticamente lhes pertencia.

Os soldados de desembarque, a maior parte dos chefes militares e alguns dos administradores mais categorizados, eram mercenários recrutados nos *bas-fonds* da Europa, dispostos a servir quem melhor lhes pagasse.

Uns e outros, porém, judeus, holandeses, (quere dizer: — protestantes, mal saídos de uma guerra religiosa, que se confundia com a da própria independência) e os aventureiros sem rei nem roque, — uns e outros se encontravam unidos no mesmo sentimento de ódio contra o Catolicismo, que os portugueses, nomeadamente no Brasil, não deixavam de defender e dilatar.

A tomada da Baía assumiu assim um aspecto extremamente grave, logo denunciado pela atitude dos conquistadores, que se não limitaram a aprisionar o Governador, os altos funcionários do Estado, militares e civis, que pudessem colher, mas também missionários, como o Provincial, alguns padres e até simples irmãos Jesuitas, — que fizeram seguir para a Holanda, e logo retrataram para sublinhar a importância especial da vitória.

Compreende-se agora que a notícia da perda da Baía tivesse provocado a maior impressão tanto em Lisboa como em Madrid e nos restantes estados do Rei Católico e se resolvesse logo organizar uma expedição, constituída não somente de portugueses mas também de destacamentos recrutados especialmente em Espanha e na Itália.

Sabe-se que alguns Estados italianos haviam passado ao Rei de Aragão, Fernando o Católico, depois, naturalmente, aos seus sucessores Reis de Espanha: — primeiro a Sicília, — em seguida Nápoles e o Milanês. Esta circunstância favoreceria, precisamente, a cooperação vigorosa e utilíssima de oficiais e soldados italianos (digamos antes, para corresponder às divisões daquêl tempo, *napolitamos*) na defesa da integridade territorial do Brasil contra os assaltos holandeses e na sua restituição ao domínio de Portugal.

A frota hispano-portuguesa, que partiu de Portugal para a reconquista da Baía, levava por comandante geral D. Fradique de Toledo e era composta de 52 navios de guerra, além dos transportes, do socorro constituído por 12.563 homens, dos quais uns 4.000 formavam o contingente português, em que entrava a flor da nobreza de Portugal, como não voltara a ver-se desde a jornada de Alcácer-Quibir.

O contingente napolitano era comandado pelo Marquês de Cropani, que tinha como sargento-mór (uma espécie de Chefe do Estado Maior) Giovanni Vincenzo Sanfelice, mais conhecido nos anais das lutas contra os holandeses pelo seu título de Conde de Bagnolo ou Bagnoli:

A esquadra de D. Fradique de Toledo chegou à Baía a

22 de Março de 1625, fundeou a nordeste da barra e entrou imediatamente em contacto com os chefes das forças da resistência portuguesa, constituída pelos que haviam podido retirar da cidade quando foi tomada e pelos reforços chegados de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Resolveu-se o desembarque, em primeiro lugar, de um forte contingente de 4.000 homens, constituído por 1.500 portugueses, 2.000 espanhois e 500 napolitanos.

Realizou-se o desembarque no dia 30 de Março, organizaram-se as batarias e completou-se por mar e terra o cêrco, que já havia sido iniciado pelas forças portuguesas concentradas no Recôncavo e recolhidas das diversas praças portuguesas do Brasil.

A campanha terminou pela capitulação dos holandeses de forma que, no dia 1.º de Maio, de novo a Baía era de Portugal.

Não importa agora, relatar por menor os sucessos, que então se desenrolaram; mas importa reconhecer, segundo as informações de todos os testemunhos do momento, que, durante o sítio, o contingente napolitano se distinguia pela valentia dos seus chefes e homens e pela inteligência na disposição e condução das batarias de artilharia. Do Marquês de Cropani, que o comandava, escreveria D. Fradique de Toledo, em carta de 12 de Maio a El-Rei:

«O Marquês de Cropani trabalhou como um rapaz com o valor e o zêlo de outras vezes, dando a V. M. a obrigação de lhe fazer mercê e de o honrar, e a mim a de o suplicar a V. M.»

Retomada a cidade, reorganizada a administração portuguesa, voltou a armada de D. Fradique de Toledo a Portugal e com ela o contingente napolitano.

A notícia da vitória provocou, em Portugal, na Espanha e na Itália a mais viva e clamorosa alegria. Cantaram-se *Te-Deum* nas catedrais. Distribuiu El-Rei mercês pelos combatentes que mais se haviam distinguido. E com efeito, com a reconquista da Baía, haviam-se retomado as condições de manter o domínio português na América e assegurar a recuperação, mais tarde ou mais cedo, dos lugares ou territórios que os holandeses viessem a alcançar pelas armas.

Mas eu não quis agora, senão, recordar a cooperação que então recebemos do contingente napolitano e acentuar a sua importância na reintegração da Baía.

Era a primeira vez que a nosso lado e em contingente combatiam italianos. Veremos agora que não foi a última.

II

Embora vencidos na Baía, não desistiu a Companhia Holandesa. Recomeçaram as guerras de côrso e as sortidas devastadoras nos lugares desamparados da costa. Finalmente, em 1629, resolveu a Companhia assaltar Pernambuco, cujo govêrno então cabia ao valoroso Matias de Albuquerque.

Fez Albuquerque tudo o que pôde (e não era muito, à falta de recursos militares) mesmo antes de ter sido avisado da passagem da armada holandesa, em Fevereiro de 1630, por um enviado do governador de Cabo Verde, João Pereira Côrte-Real. Mas nem assim foi possível evitar a queda de Pernambuco. Successivamente foram caindo Olinda e Recife.

E principiou uma guerra pertinaz e cruelíssima, guerra de guerrilhas que dificultava extremamente a situação dos holandeses, — dos «hereges», como lhes chamavam então e talvez fôsse, para qualificar o carácter da luta, a denominação mais exacta.

Em 1632 chegaram ao Brasil alguns reforços, e entre êles um têrço de napolitanos comandados por Giovanni Vincenzo Sanfelice, Conde de Bagnolo, — que já havíamos encontrado como sargento-mor na restauração da Baía e cujo nome, daqui por diante, não é possível desprender dos factos mais importantes das campanhas contra os holandeses no Brasil, até 1640.

Chegara, precisamente, a Pernambuco, em plena guerra, com Duarte de Albuquerque; e não lhe foi difícil compreender a situação grave dos holandeses, — derivada da própria constituição heterogênea da sua gente.

Encontravam-se efectivamente no seguinte dilema:

a) tinham de lutar contra os portugueses para conseguirem as posições convenientes aos objectivos comerciais, que os moviam;

b) não podiam, todavia, dispensar a colaboração dos agricultores portugueses, em cujas fazendas se haviam de cultivar os produtos, especialmente os canaviais para a extracção do açúcar; imprescindíveis ao comércio, que atraía a Companhia ao Brasil.

Pelo que atrás dissemos facilmente se perceberá esta situação: O Brasil não produzia géneros capazes de aguentar o opulento comércio holandês, tirante o açúcar. A cana, porém, exigia longos cuidados, impossíveis ao material humano da aventura holandesa.

Tratava-se, efectivamente, de um problema completamente diverso do que os mesmos holandeses encontravam por essa mesma altura no Oriente, — em Samatra, em Java, no arquipélago de Sonda e nas Molucas, — sem falar no Japão. No Oriente acharam uma população civilizada, que sabia cultivar, colher e acondicionar os mais ricos produtos, que se podiam extrair do solo, além das pérolas e da pedraria.

O próprio comércio das especiarias com o ocidente fôra organizado, primeiro pelos muçulmanos que tinham feitorias nas cidades orientais mais importantes; em seguida pelos portugueses, que traziam a Malaca tôdas as espécies ou lá chamavam os navios dos naturais, que as vendiam aos feitores ou mercadores portugueses.

No Oriente, por consequência, havia uma herança, muito rica é verdade, mas já feita, a recolher, pela fôrça das armas ou pela intriga sãbiamente tecida com os naturais.

No Brasil não sucedia assim. Fôra preciso fazer tudo: — levar para lá tôdas as culturas e até os elementos essenciais à vida assente nos aldeamentos, vilas ou cidades, — os próprios animais domésticos, as próprias espécies hortícolas, que os índios nômadas não conheciam.

Ora é bem de ver que não seria possível com a gente das

expedições holandesas arrancar da terra os produtos necessários tanto às guarnições e funcionários como ao comércio.

Os judeus, que financiavam a empresa, são inexcedíveis na arte de explorar colonos, mas incapazes de explorar colônias; os holandeses, propriamente, pouco mais faziam do que tripular os navios (são excelentes marinheiros) e ocupar um ou outro cargo importante na administração, mas não todos; — os militares, recrutados por via de regra, na escumalha aventureira da Inglaterra, Alemanha, Polónia, é bem de ver que não estariam dispostos aos sacrifícios dos fazendeiros.

Faltava-lhes o gosto de vencer as dificuldades constantes da tarefa agrícola, o moroso preparar da terra, a tenacidade no prosseguir em busca dos mínimos triunfos, que uma tempestade, uma cheia, ou uma seca prolongada pode desfazer em pouco tempo. E por isso se esforçaram em fazer concessões, facilitando, por um lado, os capitais necessários para o desenvolvimento das culturas, e, pelo outro, a liberdade religiosa mínima imprescindível ao culto.



A-pesar de tudo, porém, a resistência das armas portuguesas, e as reacções dos fazendeiros estabelecidos nas zonas ocupadas tornavam cada vez mais difícil a situação dos holandeses. É verdade que, ainda assim, não era desafogada a posição dos portugueses. Os socorros enviados da Península após a perda do Recife e de Olinda sob a direcção de D. António de Oquendo, de pouco, afinal, prestaram, se bem que o recontro da armada de Oquendo, que ia para o Brasil, e a do Almirante holandês Pater, fôsse considerada em Madrid uma vitória. O certo é que, de facto, os socorros passaram; mas como eram inexperientes as tropas, só tarde puderam ser úteis. E como os holandeses, mal informados, a julgaram muito maior, isso os resolveu a abandonar Olinda, — e por pouco não desistiam da empresa, se a deserção do Calabar, excelente conhecedor dos terrenos e ao mesmo tempo, das forças efectivas dos portu-

ses, não decidisse a Companhia Holandesa a novos esforços depois de uma série de sortidas vitoriosas das suas tropas guiadas pelo trãsfuga.

Simultaneamente, porém, se organizavam em Portugal novos socorros, não apenas com forças da Corôa de Portugal, mas também, na hora grave da restauração da Baía, com tropas recrutadas nos vários estados de Felipe IV.

Em 1634 já se encontravam em Portugal, aquartelados em Palmela, 482 napolitanos sob o comando de Heitor de La Calce; e tendo sido consultado, sobre o destino destes homens, o Conselho da Fazenda, foi de parecer que se deviam reduzir a duas companhias (que tinham, normalmente, 250 homens), reformando-se as praças de capitão quando chegassem ao Brasil, na conformidade do que El-Rei ordenava, «porque as patentes dos capitães nomeados para esta gente se passarão pela corôa de Castela» e deveriam passar-se pela Corôa de Portugal, — sustentava o Conselho, — «pois esta gente se paga com o dinheiro dela e há-de ir agregada à mais que dêste Reino vai ao Brasil, conforme as capitulações de Tomar.»

Organizaram-se desta forma duas companhias sob o comando de Heitor de La Calce como sargento-mor, incorporadas no terço da armada do socorro do Brasil, — incorporado, verdadeiramente, nos exércitos de Portugal.

Heitor de La Calce já estava com a sua gente no Brasil, quando chegou a expedição de socorro comandada por D. Luís de Rojas y Borja, tomando parte nas operações chefiadas por este cabo de guerra espanhol, que pertencia a uma família da mais alta nobreza de Espanha, fizera as suas primeiras armas na Flandres e regressava, ao ser mandado a Pernambuco, da Presidência do Panamá.

D. Luís de Rojas recebera o posto de mestre de campo general, que, na nomenclatura actual, corresponde a generalíssimo ou comandante-chefe. Na batalha da Mata Redonda, comandada por D. Luís de Rojas, e em que as forças portuguesas e as auxiliares foram vencidas caiu prisioneiro o sar-

gento-mor Heitor de La Calce e morreu o próprio mestre de campo general.

Foi por morte de D. Luís de Rojas que assumiu o comando, com o posto, também, de mestre de campo general, o Conde de Bagnolo, cuja actividade, em colaboração com os mais valerosos oficiais portugueses, em breve recompôs a situação.

Todavia, por essa altura (1635-1636), as fôrças antagónicas equilibravam-se; e todos percebiam que, de momento, a situação em Pernambuco dependia dos reforços, que uns e outros reclamavam. A situação em Portugal agravava-se, — cresciam, contra a côrte de Madrid, os descontentamentos que viariam a concluir nos tumultos em Evora, no Algarve, e nos protestos do Porto, de Santarém, e de Viana, que já anunciavam o primeiro de Dezembro de 1640.



Por tudo isto, e a-pesar dos esforços realizados, atrazaram-se os preparativos dos socorros e chegaram primeiro os holandeses.

Pior de tudo, porém, foi que, à frente dos reforços de Holanda, chegava, com grandes poderes, o Conde Mauricio de Nassau, que aportou ao Recife em Janeiro de 1637, e tratou logo de organizar as suas tropas. Em Fevereiro seguia para Porto Calvo, onde Bagnolo se encontrava com fôrças muito inferiores.

Cometeu então o mestre de campo general o êrro de não aceitar o conselho de Duarte de Albuquerque, para que, voltando a um velho processo que ali mesmo dera, pouco antes, tão boas provas, — formasse guerrilhas, que salteando constantemente o inimigo o não deixassem socegar.

Em vez disso, Bagnolo propôs-se, a-pesar da falta de recursos, defender-se em Porto Calvo, — o que, realmente, não pôde fazer com êxito.

Terminou a guerra por obrigar os portugueses a abando-

narem o território, passando por terra a Sergipe, disposto acaso, se a perseguição de Nassau continuasse, a recolher-se à Baía.

O Conde holandês não pretendia então ir mais ao sul do que o rio de S. Francisco: — e êste foi, para o seu ponto de vista, o grande êrro que supriu o anterior de Bagnolo; pois se continuasse a perseguição, não se vê bem como poderiam as fôrças portuguesas resistir-lhe.

O Conde de Nassau passou, no entanto, a interessar-se especialmente pelos problemas de administração interna dos territórios ocupados. Foi no decurso dos problemas que teve então de encarar, que lhe surgiu o problema da mão de obra negra, para satisfazer os fazendeiros portugueses, que dela careciam, e cativá-los. Para o resolver preparou a expedição contra S. Jorge da Mina.

Finalmente, até de Sergipe teve Bagnolo de retirar; e perante as facilidades que se lhe ofereciam, Mauricio de Nassau resolveu-se a emendar a derrota de 1625, e atacar a Baía para dar o golpe definitivo no domínio de Portugal na América.

Concentrou-se a armada de Nassau na Baía a 14 de Abril. No dia 16 entrou no porto, começando logo o cêrco. Mas desta vez, não lhe succedeu como esperava. A cidade defendeu-se com energia, e a 25 de Maio, a esquadra holandesa retirou vencida, deixando no campo, entre os mortos, alguma da sua melhor gente, — além de muitos prisioneiros.

A vitória dos portugueses na Baía em Maio de 1638 pode dizer-se que decidiu do futuro de Portugal no Brasil. Ainda seria preciso, decerto, combater muito... Mas sem a vitória da Baía nada do futuro seria talvez possível.



Ora é de justiça dizer que, durante o cêrco, a valentia, a decisão e a intelligência de Bagnolo, haviam resgatado completamente o grave êrro, que cometera, no seu primeiro encontro com Nassau em Porto Calvo; e depois na retirada de Sergipe.

Reconheceu-o El-Rei distribuindo-lhe, entre as mercês en-

tão concedidas aos que melhor serviram, o título de Príncipe de Bagnolo, em Nápoles.

O ilustre militar não sobreviveria muito à sua glória: — faleceu no Brasil em Agôsto de 1640. E no dia 1.º de Dezembro do mesmo ano, em Lisboa, restituiu-se Portugal à plenitude da sua independência, aclamando Rei natural o Duque de Bragança D. João.

Terminava por consequência, então, a colaboração das forças napolitanas na luta contra os holandeses no Brasil, ao menos com forças organizadas. Ficariam ainda, certamente, por espírito de aventura, alguns soldados magníficos, — como aquele Paolo Vernola, que acompanhou Luís Barbalho na famosa retirada de Pernambuco, combateu até quasi ao fim pela libertação do Brasil, e era em 1658 tenente general da artilharia do exército do Alentejo nas guerras da Restauração.

Mas eu não quis fazer uma relação histórica minuciosa. Limitei-me a lembrar alguns serviços beneméritos, que Portugal ficou devendo a italianos no Brasil, — há três séculos.

MANUEL MÚRIAS